

Mais 14 pessoas ameaçadas

Membros da OAB no Espírito Santo também têm sido alvos de ameaças. Gladys Bitran diz que entidade não vai se calar

O Centro de Justiça Global divulga amanhã, em Vitória, um novo relatório sobre violação de direitos humanos no Estado, com a revelação de 14 casos de delegados de polícia, juízes, promotores públicos, jornalistas e defensores de direitos humanos ameaçados de morte pelo crime organizado.

A entidade – que trabalhou junto com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) no acompanhamento da criminalidade do Espírito Santo, culminando com o pedido de intervenção – ainda aponta uma série de assassinatos ocorridos no Estado.

“As ameaças de morte foram identificadas recentemente em vários níveis, inclusive com casos de emboscadas desarticuladas”, afirmou a diretora de pesquisa do Centro, Sandra Carvalho.

Uma das emboscadas, segundo Sandra, era contra um jornalista que investigou casos de corrupção de empresas com prefeituras cariocas e capixabas. “Ele ia ser morto em um assalto simulado, no Rio de Janeiro”, revelou Sandra.

O relatório será ainda encaminhado para representantes dos

Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o centro faz parte.

Nos últimos dias, os membros do conselho da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também têm sido alvo de ameaças.

“Ligam e dizem que a OAB está falando demais, que devemos nos calar. Mas isso não faremos”, ressaltou a presidente em exercício da entidade, Gladys Jouffroy Bitran.

MANIFESTO

Antecipando-se ao relatório, o Centro de Justiça Global divulgou ontem um manifesto em solidariedade ao ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior.

Nele, a entidade considerou que todas as tentativas recentes de desarticular o crime organizado no Estado foram infrutíferas, ressaltando que a estrutura criminosa se alastrou em vários setores da esfera pública.

Também foi destacado o relatório do CDDPH que decidiu pela intervenção, aprovado com o apoio do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o qual acabou engavetando o processo segunda-feira.

Bispo e pastor decepcionados

Representantes de igrejas mostraram-se decepcionados com o arquivamento do processo de intervenção. Também têm dúvidas quanto à eficácia da força-tarefa proposta pelo governo federal.

“Me senti decepcionado junto com a maioria do povo que desejava uma apuração mais séria e que não tem acontecido. Me pareceu uma decisão de apoio ao governador e o argumento de final de mandato não me convence. A intervenção deve ser feita quando necessária. Se a Justiça

dissesse que está tudo bem, certo, mas o processo não podia ter sido interrompido”, declarou o arcebispo de Vitória, dom Silvestre Scandian.

O pastor Norberto Berger, presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Estado (Conic-ES) – congrega as igrejas Evangélica de Confissão Luterana, Católica Metodista, Presbiteriana Unida e Católica Ortodoxa Siriana – manifestou posição semelhante ao arcebispo.



Membros do Conselho Estadual de Direitos Humanos se reuniram ontem pela última vez

Conselho no Estado decide se desfazer

O Conselho Estadual dos Direitos Humanos se desfez no final da tarde de ontem. A medida foi, ao mesmo tempo, em repúdio ao arquivamento do pedido de intervenção no Estado e em solidariedade ao ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, que pediu demissão do cargo.

Composto por membros indicados pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos e por representantes da Assembléia Legislativa, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o conselho assinou um pedido conjunto de renúncia que foi encaminhado à Secretaria de Justiça, a qual era ligado.

O ex-presidente Isaias Santana descartou a possibilidade das ações em defesa dos direitos humanos perderem força.

Comissão da Câmara também condena ação

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal condenou a decisão do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, de arquivar o pedido de intervenção no Estado.

Em nota oficial, afirma que a decisão representou uma “traição à política de Estado de Direitos Humanos no Brasil e ao próprio estado de direito democrático”.

“Essa total mudança de posicionamento do procurador após reunião com o presidente da República indica que ele foi pressionado por Fernando Henrique Cardoso nesse sentido”, sentenciou o documento.

O presidente da comissão, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), manifestou na nota sua solidariedade ao ex-ministro Miguel Reale Júnior pela “postura ética” que adotou.

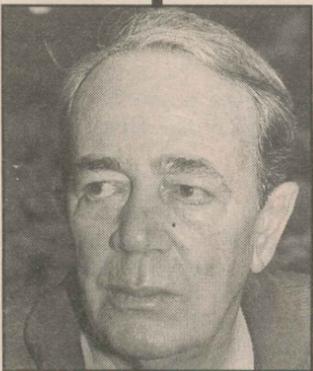
Anistia Internacional faz protesto

A Anistia Internacional classificou como “político e eleitoreiro” o recuo do governo brasileiro diante da decisão de intervir no Espírito Santo. Em nota oficial divulgada ontem, o escritório central da entidade, em Londres, faz críticas pesadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

A entidade alegou que nos últimos oito anos, as promessas do governo para os direitos humanos têm sido minadas por “acordos políticos reservados” e, por isso, se solidarizou com a renúncia do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior.

Há três dias, a Anistia havia expressado publicamente seu apoio à recomendação histórica de intervenção feita pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) para a intervenção.

O QUE VOCÊ ACHA DO ARQUIVAMENTO DO PEDIDO DE INTERVENÇÃO NO ESTADO?



FOTOS: MILTON SAMPAIO/AT

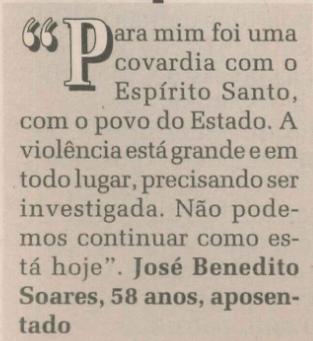
“Pai e filho, Fernando Henrique e José Ignácio, todos dois iguais. É por isso que o Estado vai ficar assim para o resto da vida. Não se apuram os fatos e os criminosos ficam protegidos”. **Olavo Carolino Alves, 52 anos, taxista**



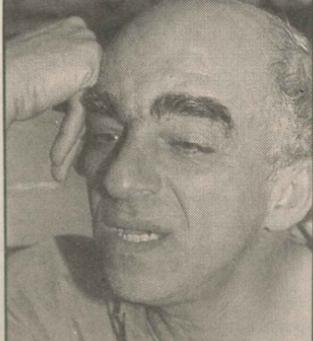
“Esse pedido de intervenção tinha muita coisa política. Ainda não conseguiram provar nada contra José Ignácio. Já trabalhei na Pastoral Carcerária e com a polícia interativa e vejo uma vontade de trabalho na segurança”. **Clotilde Frota Cosme, 55 anos, aposentada**



“Eu não concordo porque acho que foi apenas uma decisão política. Não estão vendo os problemas que existem no Estado, mas apenas olhando o lado deles, o interesse que têm com o arquivamento”. **Fernando Achiamé, 23 anos, estudante**



“Para mim foi uma covardia com o Espírito Santo, com o povo do Estado. A violência está grande e em todo lugar, precisando ser investigada. Não podemos continuar como está hoje”. **José Benedito Soares, 58 anos, aposentado**



“O certo seria haver a intervenção. Existem várias denúncias e não fazem investigações como deviam. Os crimes precisam ser apurados e, como está hoje, não vejo como isso vai acontecer”. **Lucinéia Vieira Costa, 35 anos, artesã**



“Eu acho que tem muita coisa por aqui. Se estão descobrindo sujeiras, tem que levar a investigação adiante. O Presidente não podia ter deixado isso acontecer porque fica ainda mais difícil das coisas serem esclarecidas”. **Nelson Pinheiro de Souza, 31 anos, artesão**

